

Persistir ou morrer na praia

FABIO GIAMBIAGI*

No final de 1994, o México deixou o câmbio flutuar, o sistema bancário quebrou, o PIB em 1995 caiu 6% e a inflação subiu até mais de 50%. No final de 1997, a Coreia fez o mesmo, o sistema bancário quebrou, a inflação se manteve sob controle e a queda do PIB foi de 5%. O Brasil, no início de 1999, também teve que adotar a livre flutuação, o sistema bancário ficou intacto, a inflação (IPCA) vai ser de apenas 8% e o PIB deverá se manter estável. E a política econômica é acusada de ser um fracasso!

A força dessa crítica talvez seja sinal de que o governo defende mal as suas ações. É preciso, porém, pôr os pingos nos *is*. O Brasil fez simplesmente a transição de regime cambial mais exitosa entre todos os países emergentes, promovendo uma desvalorização real expressiva, com o PIB estável e um custo inflacionário bastante pequeno. Nesse contexto, acusar as autoridades econômicas de ter fracassado é simplesmente ridículo.

O Brasil estava fora do equilíbrio macroeconômico em 1997, com necessidade de modificar taxa de câmbio (para diminuir o déficit em conta corrente) e reduzir o déficit público (para evitar o aumento contínuo da dívida pública). O próprio governo sabia disso e iniciou um processo de ajuste gradual, tanto da taxa de câmbio como do resultado primário – exclusive juros – das contas públicas, ambos os quais melhoram timidamente em 1998. A crise da Rússia e as suas seqüelas revelaram, porém, que o tempo que os defensores do gradualismo – entre os quais inclui-se este modesto escriba – supunham existir para o país se ajustar aos poucos, tinha se esgotado. A crise de janeiro e o acordo com o FMI aceleraram esse processo, levando o país a promover subitamente a combinação de ajustes externo e fiscal que se supunha ocorreria ao longo de três ou quatro anos. Hoje, a taxa de câmbio é muito boa para as exportações; o superávit primário encontra-se em linha com as metas do programa fiscal; as taxas de juros estão em queda; e, o que é mais importante, ao contrá-

rio do que supúnhamos os que tínhamos uma desvalorização mais brusca, a taxa de inflação se manteve abaixo de 10%, sem que o país tenha chegado a pagar o preço de uma queda acentuada do PIB, contrariamente à experiência de outros países que desvalorizaram.

Os que clamam pelo abandono da política econômica atual para “retomar o crescimento” expressam, de fato, o sentimento de parte da sociedade, que desejaria estar em situação melhor. A queixa é compreensível, mas parte de uma premissa errada. É que, a rigor, a recuperação já começou, mas corre riscos de ser abortada se persistir o “tiroteio” contra a política econômica – vindo inclusive de aliados do governo –, o que aguça as incertezas e prejudica a estabilidade cambial e o investimento.

Vivemos uma situação absurda: os críticos da equipe econômica anterior ficaram anos reclamando contra a política cambial, contra o aumento da dívida pública e contra a taxa de juros. Agora que o câmbio sofreu uma desvalorização real substancial, que a dívida tem condições de se estabilizar a partir do fim deste ano e que em 1999 vamos ter a menor taxa de juros real desde o início do Plano Real, os críticos querem dar um “golpe de morte” na política econômica, exatamente quando as mudanças começam a dar resultados em termos de retomada do crescimento!

Estamos diante de uma encruzilhada decisiva. Algumas das medidas requeridas para poder ordenar minimamente as contas públicas ficaram meses ou até anos à espera de serem votadas, até serem aprovadas no meio de um ambiente de desespero, no primeiro trimestre do ano. Pouco depois, o ânimo reformista visivelmente arrefeceu.

Em 1999, pela primeira vez desde o início dos anos 70, o Brasil dá mostras de ter uma política econômica coerente, compatível com uma inflação baixa e com o crescimento. Àqueles que reclamam que “depois de quatro anos e meio de estabilização, não dá mais para continuar esperando”, uma lembrança realista: o ajuste – externo e fiscal – só começou, timidamente, em 1998 e só se transformou em um

esforço mais rigoroso em 1999. Antes de 1998, o ajuste não tinha começado – o resultado fiscal, mesmo excluindo os juros, vinha sendo a cada ano mais deficitário que no ano anterior.

Nesse contexto, não nos enganemos. O significado concreto de frases como “O governo tem priorizado o cumprimento das metas fiscais, quando o que é preciso é pensar nas pessoas e privilegiar o crescimento e o gasto social”, repetidas *ad nauseam* nas últimas semanas pelos críticos da política econômica, é um só: o apelo à irresponsabilidade fiscal. E isso, em circunstâncias como as atuais, equivaleria a um atestado de incompetência nacional, gerando o retorno à combinação infernal de pressão sobre a taxa de câmbio, aumento da taxa de juros e reaceleração inflacionária. Não faz o menor sentido culpar o FMI pelas metas fiscais. Temos que gerar um superávit primário de 3% do PIB, simplesmente porque caso contrário a dívida pública vai explodir, mesmo com juros razoáveis. O problema de descumprir as metas não é que o FMI não vá gostar e sim que as pessoas podem começar a desconfiar que o governo vai dar um “calote” na dívida pública. E no fim de janeiro – quando da corrida bancária por medo de um suposto confisco – tivemos uma pequena amostra do trauma psico-social que isso significa. Portanto, é preciso um mínimo de seriedade no tratamento da questão fiscal. O dilema do país não é entre ajustamento e crescimento, mas entre manter a política atual – de contas públicas em processo de ajustamento, metas inflacionárias declinantes e política monetária responsável, com taxas de juros em queda gradual – ou capitular, jogando fora o primeiro esforço consistente das últimas três décadas de atacar de frente o desequilíbrio crônico das finanças públicas. Em outras palavras, temos que persistir – e começar aos poucos a colher os frutos plantados ao longo de um 1999 difícil, se o país der mostras de amadurecimento no enfrentamento da crise. Ou desistir – e morrer na praia.

*Economista do BNDES